

A LUTA PELA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL: DESAFIOS DA FAMÍLIA E DA ESCOLA

Jamille da Costa Oliveira ¹
Antonia Luana Silva Ferreira ²
Ana Cristina Silva Soares ³

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade expor as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência em sua vida diária e analisar como a educação tem trabalhado para abranger a todos os cidadãos de forma igualitária. Para a realização desse trabalho foram utilizados como referencial Garghetti (2003), Gonçalves (2010), Belo (2008), Carvalho (2003), Glat (1996), Regen (2006) entre outros. A pesquisa foi qualitativa, sendo realizada no âmbito familiar e escolar, tendo como principal instrumento de coleta de dados às entrevistas realizadas com a pessoa com deficiência, sua mãe e professora. Esse estudo viabilizou analisar o contexto histórico do Brasil em relação aos deficientes intelectuais, além de caracterizar as necessidades dessas pessoas e as dificuldades enfrentadas diante do preconceito arraigado na sociedade. Foi ressaltada a importância da família na inclusão do indivíduo no meio social e como o docente deve desenvolver metodologias que abranjam a todos, permitindo ao indivíduo com deficiência intelectual a liberdade de aprender mesmo diante das suas dificuldades, não o desprezando por sua condição, mas valorizando-o como pessoa. São notórias as grandes mudanças conquistadas através de leis que passaram a fazer parte da nossa legislação, principalmente na educação que luta para incluir a todos verdadeiramente no âmbito escolar. Entretanto, ainda há muito a ser alcançado para consolidar essa inclusão, sendo necessário que as escolas e os professores estabeleçam uma relação de afetividade e respeito sem diferenciar as pessoas por suas deficiências.

Palavras-chave: Deficiência intelectual, Educação, Docência, Família, Inclusão.

INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu de uma proposta para se elaborar um estudo de caso sobre uma pessoa com deficiência, durante a componente curricular Educação Especial, do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, cujo foco foi o conhecimento em relação à pessoa com deficiência, história de vida, metodologias e práticas pedagógicas.

Para o estudo de caso realizou-se pesquisa de abordagem qualitativa sobre Deficiência Intelectual e de campo, do tipo estudo de caso. Traremos como objetivo suas vivências

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA, Sobral, CE, jamillebonini@gmail.com;

²Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Sobral, CE, luanacarire@gmail.com;

³ Professora Dra Adjunto I, do Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, CE, acsilvasoares@gmail.com.

familiares, educacionais e como são efetuadas, com isso será colocado em discussão como a educação e seus artifícios está sendo exercida de acordo com sua necessidade, gostos e especificidades.

O presente trabalho evidencia sua importância por ser nossa primeira experiência tida como pesquisa que abrange a educação inclusiva a partir de uma aluna. A elaboração deste trabalho nos trouxe aprofundamento e vivências na prática do que foi posto em discussão em sala de aula, o que é de suma importância para entendermos inteiramente a relevância das pessoas com deficiência para a sociedade, que as mesmas devem ser tratadas devidamente e como a família e a educação tem seu papel fundamental no processo de evolução social e educacional.

Como futuras docentes compreendemos o quanto é importante e necessário o discernimento sobre estes assuntos, no sentido de proceder de forma correta ao nos depararmos com alunos que necessitam de um atendimento específico nas salas de aulas regulares e para isso é fundamental conhecermos profundamente a historicidade e os avanços obtidos na área da educação especializada para pessoas com deficiência.

Sabemos o quanto os avanços em relação à Educação Especial vêm crescendo gradativamente e vale destacar os mesmos por ser de grande relevância principalmente para as pessoas com deficiência que antes não tinham o direito a educação no sentido em que eram segregados da sociedade, e na atualidade lhes é garantido. Através do contexto histórico podemos perceber o quanto estas pessoas sofreram iniquidades somente por apresentar alguma deficiência, atitudes estas que não foram superadas totalmente pela sociedade por ignorância. No século XIX os primeiros estudos se deram pelo interesse da medicina em diagnosticar estas pessoas com deficiências. Já na década de 50 a partir da APAE, a educação especial auxiliou no desenvolvimento destas pessoas e evidenciou como é possível sua capacitação se for tratada de forma adequada com a necessidade de cada um, pois, era tida como limitada ou inexistente.

Atualmente contamos com artigos nos documentos oficiais que evidenciam que todos os alunos devem ser incluídos nas salas regulares nas instituições e que o governo irá propiciar atendimentos especializados para promover soluções e proporcionar um ensino de qualidade. Na Constituição Federal de 1988 no art. 208, no Estatuto da Criança e do adolescente art. 54 e na Constituição Estadual do Ceará art. 218, estão previstos o atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino. Todas estas garantias cabe-se aqui contestar como este ensino está

sendo colocado em prática de forma geral, já que é tido como direito e obrigatoriedade nas instituições de ensino que devem ser cumpridos.

METODOLOGIA

Para este trabalho realizou-se pesquisa de abordagem qualitativa, cujo conhecimento característico do assunto, apoiado em textos objetivados para o embasamento na relação com o relato do sujeito (FLICK, 2008). Utilizamos como instrumento de pesquisa o estudo de caso que se caracteriza segundo Nisbet e Watt (1978), como uma averiguação organizada sistematicamente de iminência distintiva.

Para a coleta de dados utilizamos como instrumento para a pesquisa a entrevista semiestruturada, que nos permite o desenvolvimento de assuntos durante a mesma. No referencial mencionamos autores que conceituam o que obtivemos no resultado da entrevista, como principais: Da Silva (2014), De Oliveira (2008), Garghetti (2013), Glat (1996), Golçalves (2010) e Regen (2006).

Além disso, garantimos o cumprimento da resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que possibilita o sigilo dos sujeitos entrevistados, levando em conta os direitos humanos, para evitar um possível transtorno.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: HISTÓRICO E CONCEITOS

Sabe-se que nos primórdios as pessoas com deficiência não eram aceitas, pois eram tidas como anormais que deveriam ser excluídas, exterminadas ou segregadas da sociedade, quando não havia pequenas exceções de bondade.

No século XVIII, a deficiência intelectual não tinha definição, pois a importância era apenas a identificação de alguma doença para assim, segregar, então não havia necessidade de um aprofundamento especificado no caso de cada pessoa, mesmo que houvesse objetivos nas instituições de educação, tratamento ou abrigo em que eram colocadas. Já no século XIX os estudos sobre o desenvolvimento destas pessoas começaram a ser aplicados por médicos e em seguida psicólogos e pedagogos, Jean Itard foi o primeiro médico que relacionou-se com a Educação Especial, e a partir dele foi constatado que as pessoas com deficiência intelectual poderia estudar. No início do século XX, surgiram indícios de novas concepções do que poderia ser feito em relação a estas pessoas para que não houvesse distinção, e então é

constatado que os mesmos deviam ter convívios sociais e educacionais tendo a mesma liberdade que os demais (GARGHETTI, 2013).

Segundo Gonçalves (2010), a deficiência intelectual foi percebida a partir do movimento escola nova que possibilitou a introdução de psicólogos nas escolas e assim pôde ser diferenciada a partir de pequenos testes para medir a capacidade de cada aluno. O fato da psicologia ser ligada a escola a partir desse movimento, trouxe o diagnóstico com o objetivo de distinguir as crianças com deficiência leves para o acesso à escola, evacuando os casos graves.

No Brasil houve um crescimento de instituições para deficientes intelectuais na década de 1950, e apesar da expansão ainda não ser suficiente e apropriada pela falta de investimentos na medida em que não era prioridade, foi possível a criação da primeira APAE no país como forma de estimulação e valorização das instituições. Somente a partir da Lei 4.024 de 1961, que citava a educação especial, foi que ela começou a ser tratada oficialmente como forma de incluí-los na comunidade a partir das escolas públicas e filantrópicas, em que as mesmas contariam com auxílio financeiro, e com isso o reconhecimento e aumento das instituições foram valorizadas. (GONÇALVES, 2010).

Na Constituição Federal do Brasil de 1988, foi garantida a educação para todos, incluindo as pessoas com deficiência de forma especializada e com isso outros documentos oficiais foram aderindo, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Convenção dos Direitos da Criança, Constituições e entre outros. De certa forma, essas leis apresentam avanços na defesa do direito a educação destas pessoas nas escolas regulares, propondo assim transformações nas instituições para adequar-se de forma benéfica a todos, no entanto ainda nos encontramos em fase de modificações e com isso pode-se apresentar falhas (GARGHETTI, 2013).

Existem breves conhecimentos populares sobre a Deficiência Intelectual, em que se dão por incapacitados, limitados, desgovernados e entre outros, estes pensamentos discriminatórios estão enraizados desde os séculos passados e ainda fomentam em nossa atual sociedade.

De acordo com a *American Association on Mental Retardation*, a deficiência mental se dá por um caráter individual e específico de cada pessoa. O diagnóstico da mesma, em geral, é através de consultas médicas e psicológicas com objetivo educacional, social, profissional e demais. Por ser uma condição intrínseca e complexa seu diagnóstico exige um aprofundamento teórico e preciso em áreas distintas (sociais, educacionais, biomédica e comportamentais) que são necessárias para todo ser humano. Para ocorrer esta análise é

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

necessários fontes seguras, que geralmente se dão através de anamneses e testes psicológicos com foco na capacidade intelectual.

Belo (2008), denota que de acordo com a *American Association of Medical Dosimetrists*, a deficiência intelectual é definida por um desempenho mental considerado abaixo da média em que se expande para perdas comportamentais durante seu processo educativo. Através desta definição foi possível identificar diferentes níveis da deficiência intelectual e então foi categorizado em quatro níveis (ligeira, moderada, severa e profunda) baseada em testes de QI.

Com os avanços surgiu um novo elemento para auxiliar no diagnóstico que é o déficit no comportamento adaptativo, no qual abrange fatos sociais para o entendimento da deficiência, abreviando assim a relevância do QI. Entende-se que este avanço foi um fator importante para poder identificar e compreender a deficiência além de números e testes em que os resultados podem sofrer alterações por diversas questões pessoais. O comportamento adaptativo propõe o desenvolvimento autônomo destas pessoas em meios sociais, porém ao decorrer do tempo suas ferramentas utilizadas não apresentaram êxito íntegro. (BELO, 2008).

A deficiência intelectual possui conceitos complexos quando diagnosticada, cabe salientar que a mesma não se dá por suposições. Entende-se a deficiência intelectual juntamente com diagnóstico:

Depreende-se da definição que a deficiência mental não representa um atributo da pessoa, mas um estado particular de funcionamento. O processo de diagnóstico, segundo o Sistema 2002, requer a observância, portanto, de três critérios: (a) o funcionamento intelectual; (b) o comportamento adaptativo, e (c) a idade de início das manifestações ou sinais indicativos de atraso no desenvolvimento. (CARVALHO, 2003, p.150)

Compreender a deficiência intelectual como uma condição específica como citado acima, é crucial para a sociabilidade das pessoas que apresentam essa deficiência, proporcionando uma melhor qualidade de vida para si e sua família. (CARVALHO, 2003). Na medida em que seja trabalhado sua individualidade para alcançar o desenvolvimento autônomo, social e educacional será desconstruído a ideia de deficiência ser algo determinante na identificação e formação do indivíduo.

FAMÍLIA: PONTE PARA INCLUSÃO

Segundo Glat (1996) a família como primeiro núcleo social do ser humano, produz em suas relações novos conhecimentos que corresponderão à identidade do indivíduo em seu grupo e na imagem que o mesmo tem sobre si diante da sociedade.

Ainda durante a gestação, os pais alimentam uma série de fantasias e sonham com uma criança idealizada, de acordo com seus valores, criando expectativas em relação a esse filho desconhecido. Na grande maioria dos casos, os filhos deverão vivenciar os projetos que os pais não conseguiram concretizar e estes, por sua vez, farão o máximo de seu investimento para que as suas frustrações não se repitam na vida dos filhos. (REGEN, 2006, p.4)

Após o primeiro encontro da família com a criança, em que se deparam com uma alteridade do que se tinha idealizado, os mesmos concluirão que será de certa forma mais dificultoso a realização dos projetos, e então as reações podem ser diversas e particulares, de forma geral, há um processo construtivo para a aceitação. De acordo com Glat (1996), a conduta da mesma em relação a pessoa com deficiência vai expressar bastante se esse indivíduo é realmente incluído sem distinções no meio em que vive. Ainda, deve se conscientizar que nem todos os problemas enfrentados vêm da deficiência e precisa estabelecer uma diferenciação entre os conflitos que são habituais de qualquer criança e os que são ocasionados pelas limitações.

A família pode fortalecer a inclusão genuína do indivíduo na comunidade em que vive ou ser uma das barreiras impostas que delimitam e segregam essas pessoas. Portanto, será a responsável e deverá se policiar em denotar como origem de todo os problemas enfrentados a deficiência. (GLAT, 1996)

Segundo Regen (2006) a estabilidade dos afetos se fortalece quando percebemos que somos parte de uma comunidade, sendo alcançados pelos mesmos sentimentos, pelos mesmos privilégios e obrigações. Proporcionar um lugar cômodo e afetivo, que apoia as tentativas de superação do indivíduo, permite ao mesmo crescer em equilíbrio e seguro de sua importância no ambiente em que vive. A família que consegue proporcionar essa integração do indivíduo dentro de casa viabiliza que o mesmo possa ser respeitado em outros espaços.

Glat (1996), ainda afirma que para ocorrer verdadeiramente à inclusão da pessoa com deficiência é necessário que a família não protagonize o problema colocando o indivíduo como o centro das atenções. É explícito que essa pessoa tem carências específicas que necessitarão de um auxílio constante dos pais, entretanto os mesmos não deverão fazer distinção do indivíduo por seu problema e sim permitir que ele se sinta parte igual no meio familiar.

É de grande relevância que haja entre os pais e profissionais uma relação de trocas de informações, pois os mesmos embora não tenha formação especializada são os que convivem mais tempo com a criança e podem trazer informações pertinentes para o desenvolvimento de técnicas que abranjam eficazmente a necessidade daquela pessoa (REGEN, 2006).

ESCOLA E DOCENTE NA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

De acordo com Da Silva e Arruda (2014) os seres humanos são caracterizados pelas suas diversidades, onde cada um tem suas especificidades, suas culturas e princípios diante da sociedade em que vive. É extremamente contraditório pensarmos a escola como um ambiente de equiparação diante da variedade de pessoas que ali adentram e estabelecem as condutas do âmbito escolar com analogia. Quando pregamos esse posicionamento de igualdade, repudiamos nossa própria essência humana, que é a singularidade. Para que a inclusão se solidifique em nossa sociedade, principalmente na área educacional é preciso refletir sobre os conceitos que instituem as escolas e pôr em exercício as convicções de uma educação inclusiva que atenda a todos eficazmente.

Apesar da necessidade de repensar a atuação da escola diante de cada deficiência, é de suma importância começarmos essa auto avaliação pelo desempenho do docente, pois muito deles tem como objetivo apenas ter sua remuneração ao final do mês não auxiliando os alunos de acordo com suas especificidades, desenvolvendo sua profissão de forma inadequada (DA SILVA; ARRUDA, 2014).

O profissional da docência não pode apresentar características específicas que diferencie os que trabalhem nas salas de aulas regulares e os que fazem atendimentos especializados, os dois devem proporcionar um ambiente que reconheça as peculiaridades de cada aluno e os empenhos promovidos para realização dos conteúdos, tendo como princípio pedagógico o respeito às diferenças. É de suma importância que as salas de aulas propiciem liberdade criativa dando a cada discente a possibilidade de envolver-se nas atividades adaptadas de acordo com sua necessidade. O professor tem uma grande responsabilidade diante do desenvolvimento do aluno, pois ele pode ser precursor do êxito ou do insucesso do mesmo, ele deve ser reconhecido por exercer em sua conduta profissional uma relação de conciliador e instigador do desenvolvimento do aluno em sala de aula, proporcionado uma esfera onde as limitações do indivíduo sejam meios do mesmo buscar sua independência (DA SILVA e ARRUDA, 2014).

A relutância das instituições de ensino em receber alunos com necessidades especiais se dá pelo despreparo dos profissionais que ali atuam. Quando esse aluno é incluso na sala o docente se encontra em uma situação conflituosa sem saber as condutas necessárias para atender o mesmo e para sanar o problema ele luta para transferir o aluno para outra sala, antes mesmo de buscar outras perspectivas de solução. Para o professor proporcionar um ensino de

excelência aos alunos é necessário que haja instrução estável e constante, com contínuo avanço, viabilizando benefícios para a análise sobre sua técnica pedagógica (DA SILVA; ARRUDA, 2014).

O professor em seu planejamento deve se organizar de acordo com as potencialidades de cada aluno, analisando suas dificuldades para poder desenvolver atividades integrativas. O docente como principal conciliador e simplificador deve organizar os discentes proporcionando exercícios que incluam a todos, mesmo nas diversas áreas de atividades, como por exemplo, nas práticas esportivas da aula de educação física, nas manifestações artísticas ou em qualquer outro espaço (DA SILVA; ARRUDA, 2014).

O verdadeiro significado de inclusão talvez não esteja interligado na inserção dos indivíduos na comunidade que ele vive e sim na elaboração de condutas que proporcione aos mesmos sua independência. Por esse motivo, o docente tem a incumbência de estar em constante busca de novos conhecimentos e estar construindo com o aluno uma relação de troca de saberes para poder exercer sua profissão diligentemente, e como conciliador deve ter como finalidade desenvolver uma educação democrática onde não há acepções, visto que, quando analisarmos o real sentido da inclusão ela não se limita apenas as pessoas com deficiência, mas sim a todas as pessoas que por suas diferenças são excluídas no âmbito escolar (DA SILVA; ARRUDA, 2014).

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; assegura a aceleração de estudos aos superdotados para a conclusão do programa escolar.

“A Lei Federal Nº 11.502, atribui à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a responsabilidade pela formação de professores da educação básica, uma prioridade do Ministério da Educação” (BRASIL, 2007). A realidade nos mostra através de pesquisas os descasos sofrido pelos profissionais da docência, que não recebem das instituições apoio pedagógico, materiais didáticos e nem recursos para formação especializada. Há maioria dos docentes que se dedicam a incluírem a todos verdadeiramente trabalham nessa área há anos e lutam com subsídios próprios para se especializar e promover uma educação que atenda as especificidades dos alunos e promova verdadeiramente a inclusão no âmbito escolar e na sociedade (DA SILVA; ARRUDA, 2014).

A luta é constante e ainda tem muito a se fazer para alcançarmos uma educação inclusiva, principalmente na formação de profissionais especializados, pois os mesmos foram instruídos em diversas áreas, todavia não são habilitados para trabalhar com o ideal de inclusão nas escolas. Em contrapartida precisaremos pensar em educação como um campo de diversidade, no qual a pedagogia possa ser definida como auxiliadora e os métodos pedagógicos examinados e transformados conforme a inovação criativa de cada docente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse estudo de caso nos permitiu refletirmos sobre a necessidade do profissional nutrir um olhar mais minucioso sobre as dificuldades apresentadas por cada aluno e ter em sua conduta empatia para poder desenvolver metodologias inclusivas em sua sala de aula, foi possível notar também a importância da família no desenvolvimento de Maria, que apesar do pouco conhecimento de sua deficiência sempre a apoiou tanto nos aspectos sociais como educacionais.

Maria é uma jovem de 25 anos que deixou a escola muito cedo e somente durante sua adolescência foi diagnosticada com Deficiência Intelectual, obstáculo que tanto afetara nos seus primeiros anos escolares e que acarretara sua saída da instituição de ensino. Esse problema consiste segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma habilidade substancialmente reduzida na compreensão de conhecimentos novos ou complicados e de assimilar novas competências, podendo ser identificada pela dificuldade de desenvolvimento das capacidades cognitivas, motoras, de linguagem e sociais.

Com quatro anos de idade ela ingressou no ensino infantil e foi se desenvolvendo mesmo com suas limitações. Segundo ela a escola foi um local traumático para sua vida, pois, se sentia totalmente incapaz e não tinha auxílio da professora, uma vez que, a mesma não teria como dar assistência a ela e seus colegas. Com muitas dificuldades de aprender os conteúdos Maria afirma que foi se retraindo e achando cada vez mais torturante está naquele lugar, que a classificava e menosprezava por não atender o que era pedido, sendo rotulada como aluna repetente situação que mais lhe desagradava, pois, desejava muito aprender a ler e escrever.

Nos primeiros anos do ensino Fundamental com o consentimento da mãe, Maria decide abandonar os estudos e passa a ficar em casa em tempo integral, entretanto, o desejo de alcançar seus objetivos ainda ardia em seu coração e quando estava perto de completar sua maioridade, ela nos expõe que indicaram para ela fazer o supletivo. Com seu ingresso em uma das possibilidades oferecida pelo EJA ela conseguiu atendimento das salas de recursos

multifuncionais em uma instituição de ensino médio em sua cidade.

Na sala do AEE Maria é caracterizada como a melhor aluna da turma, que é frequente nas aulas, participa dos eventos culturais, de conscientização da escola em relação à educação inclusiva e que valoriza a leitura tendo anseio de avançar cada vez mais. Sua professora assim como sua mãe e toda a sua família estão felizes com o desenvolvimento da mesma não somente intelectualmente, como também socialmente, visto que, Maria desabrochou e passou a olhar o mundo com mais esperança e acreditar em seu próprio potencial, ela evoluiu gradativamente e hoje participa dos movimentos da igreja e contribui com a Comunidade Católica Shalom sendo uma das líderes de grupos em sua cidade. Maria nos exprime está muito realizada, pois, apesar de ter descoberto tardiamente seu problema e ter perdido um longo período dos estudos ela conseguiu se sobressair apesar das suas dificuldades e das limitações que impuseram a ela pela sua deficiência.

Como primeiro problema podemos evidenciar grandes falhas cometidas durante os primeiros anos escolares da vida de Maria e o quanto a figura da professora era vista pela mesma como uma juíza. Ao discorrermos sobre a relação professor e aluno, temos como intuito respaldar a importância do profissional possuir uma visão mais humanizada e não se colocar como principal, caracterizando o ensino como uma cadeia hierárquica. O professor mediador deve proporcionar liberdade de aprendizado aos seus alunos e não utilizar de artifícios para segregar os piores dos melhores, ele precisa trabalhar com as diferenças e constituir através dela uma educação genuína alicerçada no respeito à diversidade.

O segundo problema que constatamos através dessa pesquisa na vida de Maria é a sua necessidade de atendimento especializado com psicólogos, pois, foi nos relatos que a mesma apresenta algumas barreiras de socialização e tem alguns conflitos sentimentais que prejudica seu psicológico e delimita em certas ocasiões seu desenvolvimento em outras áreas da sua vida. O terceiro problema se caracteriza pela insuficiência de materiais pedagógicos para atender Maria conforme seu nível intelectual na sala do AEE, sendo necessário que a professora se aproprie de outros métodos para sanar a falta desses equipamentos. Para concluir nossas observações queremos evidenciar a importância do diagnóstico precoce, uma vez que através desse laudo é possível ao cidadão ter ajuda tanto médica como educacional, possibilitando a formação da criança desde os primeiros anos. Maria não teve a oportunidade de um diagnóstico precoce pela falta de conhecimento da família e pelo descaso da saúde e da educação que a subjugou por muito tempo, excluindo-a da sociedade e das oportunidades a ela concedidas por lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou apresentar através de um estudo de caso a realidade vivenciada por uma pessoa com Deficiência Intelectual no âmbito social e educacional, tendo como principais temáticas, investigar as relações familiares, identificar meios para uma inclusão verdadeira do indivíduo na sociedade e evidenciar as dificuldades enfrentadas pelo docente na educação pública expondo as mazelas de um sistema de ensino que não propicia suporte aos profissionais, que apenas integram os alunos nas instituições regulares, não assegurando materiais e nem formação continuada para os professores exercerem sua profissão eficazmente.

A partir do que foi posto por Maria e seus familiares, procuramos entender como foi às experiências educacionais passadas da aluna e como está sendo a atual, para assim compreendermos como a atitude de um docente pode abalar o emocional de um discente se tratado de forma inadequada. Maria no seu ensino fundamental era vista como atrasada frente aos outros, porém não foi por falta de esforço da mesma, mas sim pelo descaso da escola que não a auxiliava. Podemos notar a diferença na atual educação dela, em que através de uma conversa com sua professora ela nos relatou que Maria era sua aluna mais avançada. Conclui-se então que sua capacidade cognitiva pode ser desenvolvida através de novas técnicas empregadas para sanar suas dificuldades e elevar a mesma a um patamar mais elevado.

A inclusão quando ocorre de forma eficaz torna-se um meio para superarmos o preconceito enraizado em nossa sociedade, é possível perceber que atitudes discriminatórias sobre pessoas com alguma deficiência infelizmente ainda é algo comum no meio social em que vivemos e se dá por discursos e ações repudiantes. Por meio da educação podemos dar início a inclusão, desde que tenhamos discernimento sobre as deficiências encontradas na escola, no sentido de proceder sempre em busca de ações educativas que sejam incluídos.

Para estabelecermos na educação brasileira um ensino igualitário é necessário uma nova visão dos docentes na construção do saber, criando metodologias que abranjam a todos sem distinção e projetando em seus alunos a conscientização e o respeito para com o próximo. Que a escola ao todo promova momentos de integração onde as famílias poderão participar juntamente com todos os alunos e profissionais sobre a importância da inclusão ser verdadeiramente estabelecida no âmbito escolar, trazendo informações sobre os direitos reservados as pessoas com deficiência e instituindo um sistema unificado onde família e escola lutam pela concretização desses direitos estabelecidos por lei.

REFERÊNCIAS

American Association on Mental Retardation [AAMR]. (2006). **Retardo mental: definição, classificação e sistemas de apoio** (10 ed.). Porto Alegre: Artmed.

BELO, Chantal et al. Deficiência intelectual: terminologia e conceptualização. **Revista Diversidades**, v. 22, n. 6, p. 4-8, 2008.

DE CARVALHO, Erenice Natália Soares; MACIEL, Diva Maria Moraes de Albuquerque. Nova concepção de deficiência mental segundo a American Association on Mental Retardation-AAMR: sistema 2002. **Temas em Psicologia**, v. 11, n. 2, p. 147-156, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Constituição do Estado do Ceará de 1989**. Fortaleza: INESP, 2014.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDBEN 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

DA SILVA, Ana Paula Mesquita; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. **O papel do professor diante da inclusão escolar**. 2014.

DE OLIVEIRA, Cristiano Lessa. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Travessias**, v. 2, n. 3, 2008.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa-3**. Artmed editora, 2008.

GARGHETTI, Francine Cristine; MEDEIROS, José Gonçalves; NUERNBERG, Adriano Henrique. Breve história da deficiência intelectual. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, v. 10, p. 101-116, 2013.

GLAT, Rosana. O papel da família na integração do portador de deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 2, n. 4, p. 111-118, 1996.

Gonçalves Mendes, Enicéia, “Breve histórico da educação especial no Brasil”, **Revista Educación y Pedagogía**, Medellín, Universidad de Antioquia, Facultad de Educación, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010, pp. 93-109.

NISBET, J.; WATT, J. Case study readguide 26: guides in educational research. **University of Nottingham School of Education**, 1978.

REGEN, Mina. A instituição família e sua relação com a deficiência. **Revista Educação Especial**, n. 27, p. 1-8, 2006